O turismo no contexto das **novas dinâmicas** de interação entre o **rural** e o **urbano**: Perspectivas para o **desenvolvimento rural sustentável**

GABRIEL DE MENDONÇA DOMINGUES * [gabriel.domingues@mma.gov.br]

VICENTE PAULO DOS SANTOS PINTO ** [vicente.pinto@ufjf.edu.br]

Resumo | Este trabalho buscou ressaltar, no contexto do desenvolvimento regional, novas dinâmicas de interação entre o rural e urbano observadas nas duas últimas décadas e os diferentes papéis que a atividade turística exerce, ou vem exercendo, no desenvolvimento comunitário de algumas localidades rurais do sudeste brasileiro. São apresentadas experiências observadas em comunidades situadas em diferentes regiões do sudeste brasileiro. Os depoimentos e as informações das localidades analisadas, foram colhidos durante trabalhos de campo realizados entre os anos de 2008 e 2010, seja em estudos técnicos realizados no âmbito do Grupo de Educação Ambiental (Núcleo de Educação, Ciência, Matemática e Tecnologia, da Faculdade de Educação) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), seja durante pesquisas realizadas junto ao Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFJF. Tratam-se de dados ainda não publicados que foram resgatados para a produção deste artigo.

Palavras-chave | Desenvolvimento regional, Relações rural-urbano, Atividade turística, Comunidades rurais.

Abstract | This article aims to show, in the context of regional development, the new dynamics of rural-urban interaction observed in the last decades, and the different roles played by tourism in community development of rural localities. Several experiences observed in communities located in different Brazilian southeastern regions are presented. Primary data were obtained through fieldwork research conducted between 2008 and 2010, namely technical studies undertaken by the Group for Environmental Education of the Federal University of Juiz de Fora (UFJF), and research conducted by the Post-Graduate Program of Ecology (UFJF). These are unpublished data that were used for the production of this article.

Keywords | Regional development, Rural-urban relations, Tourism, Rural communities.

* **Bacharel em Turismo e Mestre em Ecologia** pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). **Analista Ambiental** do Ministério do Meio Ambiente.

** **Doutor em Geografia** pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). **Professor Adjunto** do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

1. Introdução

Em um contexto em que as estatísticas oficiais apresentam um cenário de quase 85% da população brasileira vivendo em cidades, sugerindo um Brasil essencialmente urbano, a pluralidade sociocultural, bem como a diversidade de saberes, práticas tradicionais, formas de organização sócio produtiva e biomas observados no espaço rural brasileiro, deixa clara a importância de integrar o mundo rural nas estratégias de desenvolvimento do país, considerando o território em suas dimensões ecológica, geográfica, social, cultura, política e econômica. A adoção da escala regional no planejamento territorial desponta assim como uma estratégia importante para articular as regiões rurais e as redes de cidades, a fim de propiciar a dinamização econômica e a criação de novas oportunidades para as áreas de menor adensamento populacional.

É preciso que nos atentemos, contudo, para as novas dinâmicas de interação entre o rural e o urbano, impulsionadas pelo movimento advindo da sociedade urbana de revalorização e ressignificação da paisagem natural. Se esse movimento, por um lado, vem propiciando a diversificação das atividades econômicas, por meio do turismo, do comércio e de outros serviços ligados à exploração dos atributos naturais da paisagem, por outro, traz para as comunidades autóctones inúmeros desafios ligados à manutenção do seu território, à proteção do patrimônio natural e cultural e à permanência dos jovens no campo, que, em geral, são os mais sensíveis aos apelos do mundo urbano.

Este trabalho buscou ressaltar, no contexto do desenvolvimento regional, novas dinâmicas de interação entre o rural e urbano observadas nas duas últimas décadas e os diferentes papéis que a atividade turística exerce, ou vem exercendo, no desenvolvimento comunitário de algumas localidades rurais do sudeste brasileiro.

O presente trabalho apresenta experiências observadas em comunidades situadas em diferentes regiões do sudeste brasileiro. Os depoimentos e as

informações das localidades analisadas, foram colhidos durante trabalhos de campo realizados entre os anos de 2008 e 2010, seja em estudos técnicos realizados no âmbito do Grupo de Educação Ambiental (Núcleo de Educação, Ciência, Matemática e Tecnologia, da Faculdade de Educação) da UFJF, seja durante pesquisas realizadas durante no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da UFJF. Trata-se de dados ainda não publicados que foram resgatados para a produção deste artigo.

2. O desafio do desenvolvimento em meio à diversidade do rural no Brasil contemporâneo

As pesquisas demográficas realizadas no Brasil nas últimas décadas apontam para um crescimento vertiginoso da população urbana no país. A partir da compilação de estimativas de diferentes cronistas contemporâneos, Ribeiro (2006) apresenta um cenário em que a rede metropolitana do Brasil cresce de seis cidades maiores que cem mil habitantes, para trinta e uma, entre os anos de 1920 e 1960. Ainda nesse cenário, a população urbana do país salta de 12,8 milhões, em 1940, para 80,5 milhões em 1980, e ultrapassa os cem milhões no começo da década de 1990. O Censo Demográfico de 2000 aponta um contingente de 81,2% da população vivendo em cidades, ou cerca de 138 milhões de habitantes (IBGE, 2000). No censo de 2010 são 84,3%, num total aproximado de 161 milhões de pessoas vivendo em cidades (IBGE, 2010), sugerindo a imagem de um Brasil quase que totalmente inserido no universo urbano.

Cabe ressaltar, contudo, conforme ressalta Favareto e Seifer (2012), que diversos estudiosos vêm apontando para uma distorção nesses números apresentados pelo censo demográfico. A principal crítica apresentada por eles se refere ao fato de o censo considerar como 'cidade' toda e qualquer sede de município, sem levar em conta critérios como

número de habitantes, densidade populacional e sua localização em relação a outras aglomerações urbanas. Aplicando alguns desses critérios, Veiga (2004) conseguiu enxergar que 80% dos municípios pertencem ao Brasil essencialmente rural, representando, pelo menos, 30% do total da população.

Os autores chamam atenção, ainda, que o censo demográfico de 2010 aponta para algumas tendências importantes: na última década houve um crescimento absoluto de 9,5% da população rural no país; as aglomerações urbanas não-metropolitanas estão entre os tipos de municípios que mais ganharam participação relativa da população total, indicando uma tendência de perda de atração populacional das grandes metrópoles, que começou a ser desenhada desde a década de 1990.

O peso do rural no Brasil Contemporâneo não é nada desprezível, e nada leva a crer que sua importância relativa diminuirá no horizonte de médio e longo prazo; logo, qualquer estratégia de desenvolvimento para o Brasil precisa, necessariamente, levar em conta a especificidade destes espaços. (Favareto & Seifer, 2012, p. 75)

O censo agropecuário (2006) aponta mais uma vez para a importância da agricultura familiar na economia brasileira. São 4.367.902 de estabelecimentos que produzem grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros e apresentam enorme pluralidade sociocultural e uma ampla gama de capacidades produtivas, formas de organização, agroecossistemas, recursos naturais e biomas envolvidos. É o que atesta o Caderno Conceitual do Programa Nacional de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF):

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de transformação da concepção do meio rural, comumente tido como espaço destinado meramente à extração e produção de matérias primas, para contemplar sua relevância como espaço de construção de modos de vida e saberes, experiências e tradições culturais,

onde os agricultores e agricultoras ganham destaque como protagonistas de um desenvolvimento territorial sustentável. (MMA, 2014, p. 12)

Considerando a dimensão territorial ocupada pelas áreas rurais e o crescimento absoluto dessa população nas últimas décadas, somados aos impactos sociais e ambientais gerados pela concentração extrema da população nos grandes centros urbanos, o setor público vem crescentemente reconhecendo a importância da dinamização das regiões rurais para o desenvolvimento integrado e sustentável, considerando o território em suas dimensões ecológica, geográfica, social, cultura, política e econômica.

O território é a unidade de planejamento mais adequada para estimular o aprofundamento das interações entre o rural e urbano, considerados, pelos estudos recentes sobre ruralidade, como indispensáveis para valorizar o rural e tirá-lo de seu isolamento imobilizador e para ativar dinâmicas econômicas e socioculturais endógenas que estimulem o desenvolvimento rural nos territórios. (MDA, 2013, p. 15)

A forma pulverizada com que se espalham as localidades rurais ao longo do território brasileiro vem obrigando os estudiosos a pensarem em um modelo de desenvolvimento regional que possibilite a articulação de diferentes regiões rurais em uma rede de cidades, ou a constituição de uma rede de cidades numa região rural, visando criar iguais oportunidades de dinamização econômica dessas regiões rurais, em função de sua proximidade com pólos de maior concentração urbana.

O perfil demográfico e as características do tecido social, marcadamente das áreas rurais estagnadas ou daquelas que perdem população é outro: há uma fragilidade dos laços sociais externos, carência de oportunidades locais, baixa expectativa quanto às possibilidades de mobilidade social e de ampliação das interações. Distância de centros urbanos também pode se converter em desvantagem pelo aumento nos

custos de informação e transporte. (Favareto & Seifer, 2012, p. 75)

É justamente em função da proximidade relativa com centros urbanos de pequeno e médio porte, que muitas localidades rurais têm conseguido criar oportunidades de crescimento econômico e mobilidade social, por meio de atividades que vão extrapolar as práticas tradicionalmente associadas ao espaço rural – ligadas à produção de bens primários – para explorar os atributos naturais e culturais presentes na paisagem, para fins variados: turismo e lazer, educação e conservação ambiental, pesquisa, segunda residência e aposentadoria. Ressalta-se que essas novas funções atribuídas ao espaço rural são, em geral, fruto de um movimento que parte da sociedade urbana de revalorização e ressignificação das paisagens naturais e da sociobiodiversidade a elas associadas.

As transformações na sociedade e na economia brasileira não afetam somente o urbano, na configuração e redefinição dos espaços e territórios. Elas acabam por interferir também no rural, pela maior aproximação e interação geográfica, econômica e cultural entre os dois setores. (Furtado & Furtado, 2012, p. 400).

Se, por um lado, essa valorização crescente das paisagens pouco modificadas vem proporcionando novas oportunidades de dinamismo econômico para diversas localidades rurais, principalmente por meio da exploração da atividade turística, é preciso lembrar que a influência crescente dos valores urbanos sobre territórios tradicionalmente constituídos – e a sua dependência gerada em relação às cidades – acaba por interferir de forma definitiva na delicada teia de relações que sustentam modos particulares de vida, calcados numa interação própria das pessoas com os elementos que compõem o ambiente natural.

A racionalidade empresarial imposta ao campo, pouco a pouco inverte todos os eixos de uma lógica das relações sociedade/natureza e de uma ética nas

interações entre as diferentes categorias de atores culturais envolvidos em suas diferentes economias e em seus diferentes modos de vida. (Brandão, 2009, p. 49)

Quando falamos em regiões de forte apelo paisagístico, com ricos atrativos naturais – com é o caso da região da Serra da Mantiqueira, entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; da Região Serrana do Rio de Janeiro; e de diversas localidades turísticas ao longo da costa atlântica – o ciclo do turismo se desdobra no interesse crescente de pessoas de origem urbana em adquirir terras, inicialmente para veraneio e posteriormente para moradia. É comum que esses novos moradores, muitos aposentados, passem a investir em empreendimentos ou atividades ligadas ao turismo, abrindo oportunidades locais de trabalho, em geral, no setor de serviços e da construção civil (Domingues, 2010).

Com base nas pesquisas de campo realizadas nas regiões supracitadas, é possível afirmar que, do ponto de vista das comunidades rurais, esse processo torna-se responsável por transformações importantes, resultando quase sempre no declínio das atividades tradicionalmente desenvolvidas, na restrição do acesso ao território e aos recursos naturais e na busca crescente da população jovem pelo tipo de condições de vida que, supostamente, a cidade pode oferecer. Brandão (2009) traz um relato do que observou na região litorânea de São Paulo:

Principalmente no litoral, é necessário sempre pensar que uma porção significativa das terras disponíveis, sobretudo à beira-mar, acabou em mão de veranistas, depois de terem passado, não raro, pelos papéis de grileiros e de empresas imobiliárias. Não foram poucas as pessoas que venderam – ou perderam – suas terras e muitas vezes suas casas em troca de uma quantidade pequena de dinheiro, aqui e ali desaparecida na cidade como areia entre os dedos. (Brandão, 2009, p. 227)

Serão apresentadas a seguir algumas experiências, em três diferentes localidades do sudeste brasi-

leiro, que explicitam alguns dos desafios colocados para o desenvolvimento rural, em um contexto de estreitamento das relações com a cidade e com as pessoas de origem urbana, bem como os diferentes papéis que o turismo pode desempenhar nesse embate.

3. A experiência de três comunidades rurais na região serrana do Rio de Janeiro

Os dados das três comunidades apresentadas foram levantados no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ecologia (PGECOL) da UFJF, entre os anos de 2008 e 2009. A pesquisa teve como objetivo principal analisar a complexidade sociocultural que se estabelece na localidade (que abrange as comunidades de Canoas, Prata dos Aredes e Varginha) a partir da chegada dos moradores de origem urbana na localidade, explicitando, a partir dos depoimentos de diferentes atores locais, os conflitos e contradições advindos dessas relações estabelecidas entre o rural e o urbano e os desafios que se colocam ao trabalho de educação ambiental nesse contexto.

A pesquisa contou com duas fases distintas. No primeiro ano, o trabalho foi realizado em contato constante com os moradores, onde foi adotada principalmente a metodologia da observação participante, em que o pesquisador busca, a partir da convivência e da participação direta nas atividades realizadas, uma compreensão maior acerca das questões que emergem naturalmente no cotidiano da comunidade. Durante essa etapa da pesquisa foram identificados os informantes-chave, com os quais foram realizadas posteriormente entrevistas semi-estruturadas.

Durante o segundo ano, o trabalho foi realizado com um olhar mais distanciado, com o pesquisador fixando sua residência na cidade de Teresópolis. Nesse período foram organizadas as entrevistas semi-estruturadas com os informantes-chave identificados. O diagnóstico realizado nas comunidades

de Prata dos Aredes, Canoas e Varginha – situadas no município de Teresópolis-RJ, na Região Serrana do Rio de Janeiro – mostra que essas comunidades assistiram, nas últimas três décadas, uma série de transformações sócioespaciais, impulsionadas pelo crescimento do turismo, e o aumento do número de veranistas e moradores de origem urbana na região.

Observa-se que, a partir da análise das informações colhidas, o estreitamento das relações com a cidade resultou no aumento de oportunidades de trabalho para os moradores na área da construção civil, do comércio e do turismo, bem como uma melhoria geral nas condições de infraestrutura, acesso a serviços públicos de transporte e comunicação. É o que fica claro no depoimento seguinte:

Olha, tivemos uma transformação radical, quando a gente veio pra cá, 'a estrada era de chão, e bem ruim e depois de uns seis anos pra cá passou a ser tudo asfaltado, a luz era extremamente precária, as condições de telefone praticamente não existiam, fomos desbravadores da telefonia discada, o que dirá de celular ainda, nem existia, e a luz era tão precária aqui que, quando começamos, os quartos não tinham nem sequer televisão', e era proibido trazer secador de cabelo, porque senão arriava toda a luz da fazenda toda, então era muito precária a situação, muito precária, a ponte ali onde hoje é de concreto foi durante muito tempo de madeira, depois o rio levou e assim... enfim, a região, a comunidade cresceu muito, cresceu muito e também se expandiu, e hoje existe um convívio muito, acho que harmônico, e até certo ponto bem integrado da nossa comunidade aqui. (Depoimento de um morador de origem urbana, proprietário de um hotel na localidade)

Por outro lado, as atividades agrícolas e extrativistas ligadas à subsistência, bem como as formas de sociabilidade a elas associadas, são hoje quase inexistentes, a não ser pela iniciativa isolada de alguns agricultores que, ou resistem, ou buscam desenvolver novas técnicas ligadas à agroecologia.

Uma das áreas que mais resistem a essa nova dinâmica entre o rural e o urbano observada na região é o povoado da Lagoinha, situado em uma área de transição entre a Região Serrana e a Baixada Fluminense. Alcançado a partir da comunidade de Canoas, por meio de uma trilha que passa por dentro do Parque Estadual dos Três Picos, o povoado é formado por cerca de 30 famílias que, devido ao isolamento, à precariedade das condições de transporte e à ausência de meios de comunicação, mantiveram-se fortemente ligadas às práticas agrícolas de subsistência tradicionalmente desenvolvidas na região.

Observa-se principalmente o cultivo de inhame, mandioca, milho, feijão e frutas como banana, manga, fruta do conde, abacate, mamão e mamurana (também conhecida como cacau silvestre, utilizada como esteio de cercas de arame). Os roçados são plantados de forma consorciada com espécies de árvores nativas e outras espécies frutíferas, obedecendo às curvas de nível e aproveitando as pequenas bacias de captação de água formadas em terreno acidentado. Toda a adubação é feita utilizando a própria matéria orgânica produzida no sistema. O excedente da produção é transportado de burro até a região de baixada em Areal (localidade com cerca de 1000 moradores pertencente ao município de Cachoeira de Macacu) onde são vendidas em um depósito que redistribui a produção aos municípios vizinhos (Domingues, 2010).

Interessante observar que nas áreas mais próximas da baixada, o clima mais quente possibilita o cultivo de algumas espécies de fruta que não podem ser cultivadas no alto da serra, como o coco, mamão, manga e a jaca, e algumas espécies de mandioca. As hortaliças, por sua vez, se desenvolvem melhor no alto da serra. O que possibilitou que, no passado, houvesse na região a tradição das feiras onde os moradores intercambiavam os produtos agrícolas da região de serra e da baixada.

A razão do declínio das atividades tradicionalmente desenvolvidas na localidade se explica, em grande parte, pelo acirramento da legislação ambiental, em especial a partir da criação do Parque Es-

tadual dos Três Picos, no ano de 2003, e do interesse cada vez maior dos jovens em se transferirem para a cidade, onde encontram oportunidades de estudo, qualificação profissional, lazer e entretenimento. Os dois depoimentos a seguir, colhidos na localidade, ilustram bem essas duas dimensões:

‘Eu acredito que o jovem de hoje, pelo ideal formado pela sociedade globalizada, tipo assim, hoje não tem uma perspectiva de se estabelecer aqui’, não tem assim uma área que ele vise e que possa suprir a necessidade dele depois, por exemplo estudar. A escola mais próxima são 7 km depois, se quiser fazer uma faculdade vai ter que andar uns 15 km para fazer uma faculdade, ‘então não tendo um emprego que dê até em formas salariais, que não dá uma estabilidade para que ele possa continuar o estudo, não tendo um emprego para que ele possa ter planos, tipo: ‘eu vou entrar como auxiliar’, mas sem um plano de carreira para chegar a ser um supervisor de algum setor, não tem emprego que faça ele criar expectativas de ficar aqui’. Então eu acredito, faz parte dos meus planos, posteriormente, se eu não conseguir uma maneira de me locomover, que eu não precise estar me adequando ao transporte, que é precário e a distância que traz também um certo desgaste, a realidade hoje para minha família a gente tem pensado em realmente se estabelecer próximo da cidade, acredito que os jovens tenham essa perspectiva também. (Depoimento de um jovem morador da comunidade de Prata dos Aredes)

O depoimento seguinte, traz a percepção de um morador de origem urbana, recém chegado na comunidade de Canoas:

‘Então você não vê nenhuma atividade econômica no lugar que tenha a produção voltada para a terra e que seja auto-sustentável’. Então isso daí pra mim é o que mais me chocou. Tem um produtor agrícola aqui dentro que não é orgânico, ‘você quer aqui dentro comprar uma verdura, um legume, uma fruta não tem, você tem que ir ao mercado em Teresópolis’. Você não vê atividade nenhuma ligada à terra, à natureza, eu

não sei, você conhece alguma?[...] 'Eu acho que essa situação de decadência ela tende a se agravar em função desse convívio com o parque. Eu, nesse sentido, acho que o parque tá gerando no entorno dele pobreza, tá gerando uma queda da atividade econômica. A gente vê, por exemplo, as pessoas do lugar, quando você fala em Ibama, se a pessoa tava rindo ela fica séria'. Então o convívio, a ideia do parque é muito mal vista, foi muito mal colocada, tem sido feito um trabalho no caminho errado, na minha maneira de ver. (Depoimento de um morador de origem urbana)

No contato dos desafios socioculturais colocados a partir da nova dinâmica das relações entre o rural e o urbano estabelecida na localidade, o tipo de turismo ali praticado depende diretamente dos atrativos naturais da região. O parque, os remanescentes de Mata Atlântica preservada, as diversas opções de trilhas, mirantes, rios e cachoeiras de águas puras e frescas e o clima mais ameno, característico da Região Serrana, é tudo aquilo que o turista vindo da conturbada capital fluminense busca quando visita a localidade. O hoteleiro citado num depoimento anterior, traz aqui uma imagem clara do perfil desse turista:

Eles de certa forma buscam poder diminuir a velocidade, o seu ritmo, de vida porque tem consciência de que isso é o certo, isso é qualidade de vida, porém é muito difícil, impossível você parar uma locomotiva, apenas freá-la de uma vez só, portanto eles vêm de uma velocidade, de uma visão, um modo de vida da cidade, da metrópole, e só se livram dessa lembrança da metrópole quando pegam a estrada, não tem mais congestionamento, não tem mais guarda de trânsito, não tem mais pivete, não tem mais favela e pega à estrada, agora essa estrada é a passagem, 'é o túnel do tempo, entre a cidade e a área rural, ele tem uma hora e meia, duas, para poder passar e fazer essa transição, então quando eles chegam aqui eles chegam com a impressão da cidade, mas já não estão mais na cidade, e é muito louco isso, porque a gente percebe nitidamente que as pessoas ficam impactadas, elas ficam

impactadas, e elas mesmas ficam perdidas e tensas'. É aí que entra o nosso trabalho, porque quando a gente concilia a parte terapêutica e abrimos os olhos deles de que o natural e o saudável é esse modo de vida, respeitando o tempo, o tempo do dia, o tempo do sol, das refeições, e se conhecendo um pouco mais. [...] então nós entramos aí, justamente para facilitar essa passagem e em contato com a natureza que aqui é muito abundante, isso propicia melhoria da qualidade de vida. (Depoimento de um morador de origem urbana, proprietário de um hotel na localidade)

Observamos, dessa forma, que o potencial turístico local deveria ser melhor aproveitado no sentido de atender, por um lado, a demanda dos moradores, especialmente dos mais jovens, por maiores oportunidades de trabalho e formação profissional, e, de outro, a necessidade de valorização e fortalecimento das atividades tradicionais ligadas à identidade da comunidade rural ali estabelecida, há pelo menos quatro gerações.

Durante a realização das pesquisas na região, alguns moradores sugeriram a implantação de um centro de visitantes, onde estariam reunidas as informações acerca dos produtos e serviços presentes na localidade, com uma relação de todos os equipamentos turísticos existentes (hotéis, pousadas, restaurantes, etc), e de todos os atrativos naturais e culturais encontrados: passeios pela comunidade; visitas a propriedades onde podem ser encontrados trabalhos artísticos, artesanais e agroecológicos; trilhas com diferentes graus de dificuldades; banhos de cachoeira, mirantes, etc. Dali o visitante poderia escolher algum atrativo ou contratar o serviço de guia local para acompanhá-lo. Nesse momento, os moradores locais teriam a oportunidade de trazer para os visitantes uma abordagem única da região, apresentando a natureza e a cultura local de forma didática aos moradores da cidade.

A valorização da cultura local e dos valores comunitários e ecológicos poderiam ser disseminados na localidade a partir dos próprios espaços escolares. A primeira professora da escola de Prata dos

Aredes lembra que antigamente o cultivo agrícola, bem como o conhecimento das espécies locais, era constantemente estimulado dentro da escola, de forma que parte da merenda consumida era produzida dentro da escola, juntamente com os alunos. A escola também poderia ser a base para a formação de agentes ambientais e guias locais capacitados na condução de visitantes e na realização de oficinas de educação ambiental.

4. Visita à comunidade de Martim de Sá, no verão de 2008

Uma comunidade de pescadores de Martim de Sá, localidade situada no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, no município de Parati-RJ, vem procurando minimizar os impactos do aumento crescente da influência urbana sobre o seu território, por meio da gestão comunitária do turismo. A comunidade de pescadores, autointitulada “caiçara”, habita a região há pelo menos 4 gerações, obtendo sua subsistência basicamente dos recursos florestais e pesqueiros oferecidos pelo lugar (Sinay, 2002). No ano de 1992 foi criada na região a Reserva Ecológica da Juatinga.

Na última década, a permanência da comunidade de pescadores no lugar passou a ser defendida (com o auxílio da Organização Não Governamental Verde Cidadania, criada por turistas que se encantaram pelo lugar) por meio de uma batalha jurídica contra os herdeiros do suposto proprietário das terras, e também contra o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que vem defendendo a conversão da Reserva Ecológica da Juatinga numa Unidade de Conservação de Proteção Integral (Cavaliere, 2003).

Em visita realizada na comunidade no verão de 2008, o representante da comunidade de pescadores, conhecido como Seu Maneco, lembrou que, nos últimos anos, as atividades ligadas ao aproveitamento dos recursos naturais vêm decaindo, dando lugar ao desenvolvimento do comércio e do turismo:

“antigamente se pescava mais peixe, colhia-se mais frutas, via-se mais animais nas matas.”

A comunidade administra um camping na região, em que regras rígidas condicionam a chegada e a permanência dos visitantes no local. Placas por todos os lados orientam a conduta dos visitantes. É proibido colocar som alto, “falar palavrões, fazer bagunça” e utilizar bebidas alcoólicas. Cada visitante deve se responsabilizar pelo próprio lixo e pelo bem-estar geral do acampamento. “Aqui quanto mais eu aperto, mais as pessoas vêm” – relatou Sr. Maneco. Mesmo com todas as restrições, a localidade recebe entre 2007 e 2008 cerca de 500 pessoas no período do Ano Novo. Além da área do Camping a comunidade oferece almoço, lanche e serviços de guia, passeios e traslados.

O pescador e líder comunitário conta que, antes da criação da reserva, chegou a recusar propostas milionárias de compra daquelas terras. “Eu não quero ganhar dinheiro. Se quisesse era só botar som alto e vender bebida alcoólica que isso aqui ficava cheio de gente” – afirma dizendo que não depende dinheiro para ser feliz.

Observou-se que, apesar de não estar livre da influência urbana sobre a percepção de mundo e as atividades tradicionalmente desenvolvidas no espaço rural, a comunidade de pescadores de Martim de Sá, de certa forma, vem procurando reverter a seu favor dois fortes movimentos advindos da lógica urbana de interação das pessoas com o ambiente natural: a conservação dos recursos naturais por meio da destinação de áreas legalmente protegidas, e a exploração da paisagem para fins turísticos e de lazer.

5. Pesquisa realizada na região da Serra da Mantiqueira, no sul de Minas Gerais, para o Instituto Estadual de Florestas

No ano de 2008, uma equipe da UFJF realizou uma série de visitas a algumas localidades rurais na

região da Serra da Mantiqueira, junto a municípios do Sul de Minas, limítrofes ao Estado do Rio de Janeiro. O objetivo era o de realizar um estudo para o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF/MG), acerca da viabilidade da criação de um parque estadual na região e sondar a receptividade de algumas comunidades quanto à perspectiva de criar uma unidade de conservação de proteção integral ali. Durante o período de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com representantes do poder público local e de instituições não-governamentais, além de lideranças locais e moradores da área que corresponderia ao entorno da possível unidade de conservação a ser criada.

No município de Liberdade no Estado de Minas Gerais (MG), ficou evidenciado um processo comumente observado na região: a partir da subdivisão das antigas fazendas, as atividades produtivas (criação de gado, cultivo de milho e mandioca) foram reduzindo, o que possibilitou a regeneração das matas em diversas áreas. Com isso, muitos produtores começaram a vender suas terras, deixando muitos trabalhadores rurais sem serviço na região. Essas terras tornaram-se especialmente atrativas para os veranistas do Estado do Rio de Janeiro (RJ) que estão mais interessados nas áreas de matas e cachoeiras do que na produtividade do solo.

É importante considerar também que na zona de divisa com o Estado do RJ, encontram-se exemplos como o do município de Visconde de Mauá no Estado do RJ, que já apresentam um fluxo excessivamente grande de visitantes nos períodos de férias e feriados. A massificação do turismo nessas áreas vem promovendo um crescimento acelerado no setor de serviços de hospedagem e alimentação, promovendo uma degradação também acelerada dos recursos naturais (desmatamento, emissão de efluentes nas águas, destinação inadequada do lixo, etc) e excedendo a capacidade de suporte dos atrativos naturais existentes. Diante desse quadro, muitos dos visitantes da região vêm se deslocando crescentemente para as localidades menos explora-

das, situadas nos municípios mineiros de Passa Vinte e Bocaina (IEF/MG, 2009).

É nesse contexto que se observa o crescimento do número de visitantes na área analisada, que tende a aumentar ainda mais em função do projeto de asfaltamento da rodovia RJ 161 que liga os municípios de Resende e Bocaina de Minas.

Foi observado que, se favorecer o acesso dos visitantes do Rio de Janeiro aos municípios mineiros de Bocaina, Passa Vinte e Liberdade, é importante, sob o ponto de vista do desenvolvimento da atividade turística, é importante também favorecer o acesso das sedes desses municípios às localidades mais distantes das sedes do município, não só do ponto de vista do turismo, como do ponto de vista da população dessas localidades que sofre com a escassez de serviços de transporte e com a situação precária das estradas em determinadas épocas do ano.

Exemplo interessante de como as novas dinâmicas de interação entre o rural e o urbano pode se reverter em alternativas de desenvolvimento das localidades rurais é o da Associação Terra Uma, Organização Não Governamental (ONG) com sede numa área rural do município de Liberdade-MG. A ONG foi constituída com o objetivo de dar suporte ao projeto de formação de uma ecovila voltada para o desenvolvimento de tecnologias de ocupação e uso do solo que gerem um baixo impacto ambiental e garantam a proteção dos recursos hídricos, a recuperação do solo e áreas degradadas e a preservação das áreas de mata que ocupam atualmente cerca da metade da propriedade.

Para isso foram tomadas diversas medidas visando esse objetivo: controle dos efluentes através da implantação de banheiros secos e biodigestores; plantio consorciado de cereais com outras leguminosas como guandu e feijão de porco para recuperação do solo; plantio de espécies arbóreas nativas e árvores frutíferas em algumas áreas onde está sendo feito um trabalho de reflorestamento em sistemas agroflorestais; utilização de tijolos de adobe na construção, evitando-se a utilização do cimento; utilização de composto orgânico na plan-

tação, evitando os adubos químicos. Com o objetivo de proteger os animais silvestres, não é permitida também a criação de animais domésticos. O espaço é mantido pelos seus membros que pretendem fazer com que a associação se sustente economicamente através do trabalho educacional (direcionados para a apresentação de novas formas de relação do homem com a natureza), e dos projetos na área sócio-ambiental, a serem desenvolvidos pela instituição. A atividade agrícola é toda orientada para a subsistência dos moradores, não havendo produção para fim comercial.

De acordo com dos representantes da associação, existem duas principais frentes de trabalho, uma voltada para atender ao público externo, vindo principalmente das grandes cidades e outra junto aos moradores da região.

Com relação ao público externo, o espaço já recebia grupos, principalmente em períodos de feriados, que variavam entre 20 e 30 pessoas. Durante o período de permanência os visitantes se envolvem nas atividades comunitárias, tendo a oportunidade de participar de trabalhos variados desenvolvido no espaço. Existe um grupo de trabalho responsável pela acolhida das pessoas que recebem instruções de como se comportar no espaço, principalmente com relação ao material trazido e ao lixo gerado.

Quanto aos moradores da região, existe um trabalho realizado junto à associação de moradores do soberbo (AMASOB) no sentido de revitalizá-la estimulando a articulação e discussão local dos problemas surgidos. A ideia é desenvolver ações de conscientização e propostas práticas para proteção das matas, recuperação do solo e controle dos Efluentes. Além desses trabalhos, a associação vinha realizando um trabalho junto ao Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental (CONAPAM) da Mantiqueira e ao Comitê de Gestão Integrada da Bacia do Alto Rio Grande. Entre outras discussões existe um proposta de criar um núcleo de formação em permacultura no âmbito da Área de Proteção Ambiental (APA) da Mantiqueira e um projeto proposto para o município de Bocaina-MG relacionado

à proteção da nascente do Rio Grande, através da criação de estações de tratamento de efluentes.

6. Considerações finais

Procuramos demonstrar nesse trabalho que, ao contrário do que as informações censitárias querem dizer, os espaços rurais continuam tendo importância estratégica para o desenvolvimento do país, merecendo, cada vez mais, a atenção dos tomadores de decisão no arranjo de políticas públicas que, a partir de uma abordagem territorial, assegurem a melhoria contínua das condições de vida das populações rurais, levando em conta toda a pluralidade sociocultural e sociobiodiversidade envolvida e considerando as novas dinâmicas de interação entre rural e o urbano que, rompendo com a velha dicotomia campo/cidade, vem trazendo oportunidades e desafios para o mundo rural contemporâneo.

O turismo nos espaços rurais, colocado aqui como um produto do movimento advindo da sociedade urbana de revalorização e ressignificação das paisagens pouco modificadas, tem sido responsável, em muitos casos, por transformações no espaço rural que, a longo e médio prazo, resultam na descaracterização da paisagem, na restrição do acesso ao território, na desarticulação das atividades tradicionalmente praticadas nos destinos e no aumento da influência da atratividade dos valores urbanos na mentalidade das populações autóctones, em especial entre os jovens.

Por outro lado, conforme observado nas experiências aqui apresentadas, o turismo, se planejado a partir dos interesses e necessidades das comunidades rurais, pode vir a desempenhar um importante papel na articulação das políticas sociais, ambientais e econômicas voltadas ao desenvolvimento rural; na integração das atividades produtivas locais; na valorização do conhecimento tradicional e da sociobiodiversidade; e na intermediação das novas relações que vem se estabelecendo entre os atores

de origem rural e urbana, na busca por estabelecer novos padrões de interação entre a sociedade e a natureza. Alguns elementos são comuns em todas as localidades estudadas como pré-requisitos para a escolha do segundo caminho: acesso ao território e ao uso dos recursos naturais; afirmação da identidade local; proteção do patrimônio ambiental e cultural; acesso à educação formal e capacitação técnica e profissional adequados à realidade local e voltados à manutenção, aprimoramento e reprodução dos saberes e práticas tradicionais.

Referências bibliográficas

- Brandão, C. R. (2009). *No rancho fundo: Espaços e tempos no mundo rural*. Uberlândia: EDUFU.
- Cavaliéri, L. (2003). *A comunidade caiçara no processo da reclassificação da Reserva Ecológica da Juatinga*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Domingues, G. M. (2010). *A educação ambiental em meios às relações entre o rural e o urbano no entorno do Parque Estadual dos Três Picos, Teresópolis-RJ*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.
- Favareto, A., & Seifer, P. (2012) As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes: Implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza. In A. M. Buainain (Org.). *A nova cara da pobreza rural: Desafios para as políticas públicas*. Série desenvolvimento rural sustentável (Vol.16, pp. 55-106). Brasília: IICA.
- Furtado, E. D., & Furtado, J. R. (2012). As políticas públicas de educação do campo e as perspectivas de contribuição para a superação da pobreza rural. In A. M. Buainain (Org.), *A nova cara da pobreza rural: Desafios para as políticas públicas*. Série desenvolvimento rural sustentável (Vol.16, pp. 399-440). Brasília: IICA.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística [IBGE] (2003). *Censo demográfico 2000: Características gerais da população, resultados da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística [IBGE] (2009). *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Brasileiro de Geografia Estatística [IBGE] (2012). *Censo demográfico 2010: Resultados gerais da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (2009). *Proposta para criação de unidade de conservação na Região Sul de Minas Gerais*. Juiz de Fora: FADEPE/UFJF.
- Ministério do Desenvolvimento Agrário [MDA] (2013). *2ª Conferência nacional de desenvolvimento rural sustentável e solidário: Documento de referência*. Brasília: Condráf.
- Ministério do Meio Ambiente [MMA] (2014). *Programa de educação ambiental e agricultura familiar: Caderno conceitual*. Brasília: SAIC.
- Ribeiro, D. (2006). *O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras..
- Sinay, L. (2002). *Ecoturismo e culturas tradicionais: Estudo de caso – Martim de Sá*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Veiga, J. E. (2004). A dimensão rural do Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 22, 71-94.